

ATA N.º6/2017
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA
EM 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas catorze horas e quinze minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória da sua Presidente, de vinte de dezembro do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1** - Apreciação da Atividade Municipal;
- Ponto 2** - Análise, discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal;
- Ponto 3** - Análise, discussão e votação da Proposta da Derrama, nos termos do disposto no artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais);
- Ponto 4** - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre imóveis Urbanos para efeitos da alínea c) do n.º1 do artigo 112.º do Código do imposto municipal sobre imóveis, aprovado pelo decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro;
- Ponto 5** - Análise, discussão e votação da proposta de Fixação da Redução da Taxa do Imposto Municipal sobre imóveis para o ano de 2018, ao abrigo do artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, aditado pela Lei n.º 7 – A/2016, de 30 de março;
- Ponto 6** - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS, nos termos do disposto no n.º1 do artigo 26.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais);
- Ponto 7** - Análise, discussão e votação do pedido de Autorização para Assunção de compromissos plurianuais - Concurso Público Internacional para Aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão e Baixa Tensão Especial e Iluminação Pública, para o ano de 2018;
- Ponto 8** - Eleição de um Presidente de Junta de freguesia para o Conselho Cinegético Municipal;
- Ponto 9** - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios;
- Ponto 10** - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia a fim de integrar o Conselho Municipal de Educação;
- Ponto 11** - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão de Proteção Civil;

Ponto 12 - Eleição de um Presidente de Junta para integrar a Comissão Municipal de Toponímia;

Ponto 13 - Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2018;

Ponto 14 - Análise, discussão e votação da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal – Assunção de Compromissos Plurianuais – Orçamento para o exercício de 2018, conforme o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, adaptado à administração local e nos termos previstos no artigo 20.º da Norma de Execução Orçamental para 2018;

Ponto 15 - Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2018;

Ponto 16 - Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a CIMDOURO.

A Senhora Presidente da Assembleia iniciou a sessão cumprimentando o Executivo na pessoa do seu Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Deputados Municipais e o Público presente. Disse esperar que este espaço seja de reflexão democrática, na procura de estratégias para o desenvolvimento de ideias e ações, contribuindo para o bem-estar das nossas gentes e promoção do nosso concelho.

Deu conhecimento de uma carta recebida do Senhor António Costa a justificar a sua ausência à reunião e a dar conhecimento do seu substituto, Senhor Paulo Bito.

Passada a palavra ao 1.º Secretário, Senhor Luís Paíga, este cumprimentou os presentes e, de seguida, procedeu à chamada dos membros que constituem esta assembleia, tendo-se verificado a presença de todos à exceção do Senhor António Costa.

Retomou a palavra a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pedindo dispensa da leitura da ata e colocando-a à discussão.

A Senhora Rosa Teixeira pediu a palavra questionando se a ata respeitava o novo acordo ortográfico.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a ata a votação, tendo sido aprovada por maioria, com a ausência do Senhor António Costa.

Informou o público presente, que caso quisessem intervir, no período que lhe era destinado, deveriam proceder à respetiva inscrição e entrega-la à mesa.

Deu nota da correspondência recebida, inúmeras mensagens de boas festas e convites. Realçou uma carta do Senhor Alberto Júlio da Silva Fernandes que se passa a transcrever: "Na última sessão da Assembleia Municipal do mandato anterior (setembro de 2017), a que não pude estar presente por motivo de doença, apresentei uma comunicação, que foi lida por uma colega. Dos pontos nela referidos gostaria de dar conhecimento a V. Exa. do referenciado como ponto 1. que me permito transcrever:

"1- Promopesqueira

A criação da associação Promopesqueira, com todas as peripécias constantes das atas da assembleia municipal, constitui o melhor exemplo da atitude do Executivo para com a assembleia municipal, não fornecendo a informação solicitada, não respondendo às perguntas de forma clara e transparente ou desrespeitando a própria assembleia.

A associação Promopesqueira foi constituída contrariando a decisão da assembleia municipal quanto à sua denominação e objetivos.

Era dever do senhor presidente da assembleia municipal participar tal facto ao ministério público. Não o tendo feito tornou-se cúmplice desta ilegalidade e poderá vir a ser incriminado juntamente com o executivo. Poderá V. Exa., através da leitura das Atas das reuniões, em que o assunto foi discutido e os termos e condições em que foi aprovada a constituição da referida Associação. Constatará a falta de legitimidade da atual Promopesqueira e tomar as providências adequadas, inerentes ao cargo de atual Presidente da Assembleia Municipal junto das entidades oficiais.

Se nada fizer será, por certo, corresponsável pela atual situação, que desautorizando a própria Assembleia Municipal, ensombra e não dignifica o honroso cargo em que foi investida."

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal disse não se pronunciar sobre o assunto referido, pois não tem conhecimento do mesmo. Este poderá vir a ser objeto de análise numa próxima reunião, quando estiver na posse de toda a informação relativa ao assunto.

Informou a Assembleia da pretensão da Senhora Lourdes Marinho em intervir, antes do período da ordem do dia, como representante da Assembleia Municipal na CPCJ. A Senhora Presidente da Assembleia Municipal explicou que o Regimento não permitia esta situação, possuindo um período próprio para intervenção do público no final da reunião, contudo ouviu as opiniões dos membros da Assembleia e, todos concordaram que deviam reger-se pelo regimento e o público fazer a sua intervenção no final da reunião.

Fez referência a um ofício vindo do secretariado episcopal da diocese do Porto a agradecer os pêsames enviados aquando da morte do Sr. Bispo Doutor Francisco dos Santos.

Deu conhecimento da atualização dos dados na Associação de Municípios Portugueses.

Questionou os representantes do Grupo de Trabalho dos Municípios Portugueses se tinham algo a referir. O Senhor Eduardo Coelho, como representante na Associação Nacional de Municípios Portugueses, pediu a palavra para dar conhecimento, à Assembleia, do Congresso. Começou por cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia, Secretários, Executivo, Presidentes de Junta e Membros da Assembleia. Apresentou um relatório dos trabalhos realizados no Congresso, encontrando-se em anexo a esta ata.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Eduardo Coelho.

Período de antes da Ordem do dia

De seguida, abriu inscrições para quem quisesse intervir no período de antes da ordem do dia.

O Senhor Francisco Pereira parabenizou o Senhor Eduardo Coelho pela exposição feita em relação ao XXIII Congresso dos Municípios Portugueses. Solicitou aos membros da bancada do PSD para ficarem do lado esquerdo, por uma questão de organização parlamentar.

O Senhor Joaquim Carvalho cumprimentou todos os presentes. Na sua intervenção, começou por fazer um alerta em relação à GNR. Disse ter conhecimento de duas ocorrências, que envolveram a necessidade da intervenção da GNR e, em vez de aparecer a GNR de S. João da Pesqueira vieram os agentes de Tabuaço. Referiu que, numa situação extrema, esta distribuição de serviço poderia não permitir uma atuação rápida e eficaz, o que poderá originar problemas não resolvidos atempadamente e criar receios na população. Tendo como premissa, em primeiro lugar a segurança dos

habitantes, propôs, caso esta Assembleia concordasse, delegar no Senhor Presidente da Câmara para que tome diligências junto a quem de direito para se reforçar o posto.

De seguida, interveio o Senhor Sebastião Mesquita começando por cumprimentar os presentes.

Salientou o facto de se estar a iniciar um novo ciclo, com novo executivo e nova assembleia, esperando que deste modo, o Município apresente melhorias significativas de atuação, concretização e transparência.

Referiu que alguns assuntos não obtiveram resposta, por parte do anterior executivo e que os dados lhe foram vetados.

Assim, propôs ao Sr. Presidente da Câmara que facultasse a esta Assembleia, dados relativos ao funcionamento da Escola Profissional, nomeadamente, no que respeita à apresentação de contas, pois apesar das constantes solicitações, estas nunca foram alvo de análise, por parte deste órgão deliberativo da autarquia local.

Lamentou o impacto visual nefasto que os postes de alta tensão imprimiram na paisagem duriense, pela mísera verba de duzentos e setenta e sete mil euros. Realçou o mau negócio que o anterior executivo concretizou e questionou onde vai ser gasto esse dinheiro, se nas freguesias onde passam os postes, ou na sede do concelho.

Interrogou qual a função dos sapadores florestais, pois na sua freguesia ainda não se procedeu à limpeza dos caminhos, que se encontram por limpar.

Devido à seca extrema que se faz sentir há alguns anos, alertou para a necessidade urgente de se proceder à realização de um plano contra o desperdício da água.

Em tom humorístico disse "até para morrer é preciso ter sorte", referindo que se um residente morre em Espinho ou noutra freguesia do concelho, o coveiro abre a sepultura e cobra preços diferentes de duzentos a trezentos euros.

Destacou ser vergonhoso o funcionário estar a laborar no horário da Câmara Municipal, a ser pago pela autarquia e, quando abre uma sepultura noutras freguesias do concelho, os familiares do falecido têm de pagar o cobrado pelo coveiro. Pede a revisão desta situação, pois a Câmara poderia ter dois ou três coveiros retirando às Juntas de Freguesia o valor dos cemitérios. No seu entender as desigualdades têm de acabar e deve-se criar um serviço igual para todos. Relembrou, ainda, o assunto dos caminhos agrícolas. Este já foi objeto de análise em Assembleias anteriores, através do Sr. Presidente da Junta de Nageselo do Douro, Eduardo Coelho. Salientou o facto de ser complicado para os Presidentes de Junta lidarem com os caminhos agrícolas. Pediu para reunirem, criarem uma comissão e fazerem um Regulamento dos caminhos agrícolas.

O Senhor Fernando Pereira cumprimentou os presentes, e referiu-se à questão da Esprodoiro, afirmando ser preocupantes algumas tomadas de decisão pelo atual executivo, pondo em causa entidades, devido a quezílias pessoais e isso é inadmissível. Pediu para nas próximas decisões se ponderar antes de tomarem certas posições. Sugeriu que a informação que sai deve ser a correta, a fidedigna, para que os julgamentos sejam exatos e não com base em boatos. É necessário clarificar a Assembleia quanto à situação precisa da Escola Profissional. Verificar qual a situação financeira e pedagógica, o que deve, a quem deve, que evolução teve desde a sua criação. Questionou acerca dos resultados da auditoria e a que anos se referem. Na sua opinião, estes dados serão importantes, para que, ao fazer-se um juízo de valor, possam todos fazê-lo com a cabeça tranquila e com a informação verdadeira.

O Senhor Vítor Tomé interveio dizendo que para que todos possam ficar esclarecidos, relativamente à Associação Promopesqueira, lembrada pelo Senhor Silva Fernandes, no email rececionado pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, era trazê-lo de novo à próxima reunião de Assembleia e fotocopiar o processo para que todos saibam do que se trata.

Passada a palavra à Senhora Marcolina Sequeira, esta saudou a Presidente da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal, respetivos Vereadores e os colegas. Alertou o atual Executivo da situação de perigosidade na estrada, que vem da Zona Industrial para a estrada que vai para Espinho, afirmando existir muito pouca visibilidade. Já o tinha feito com o anterior executivo, mas não tomaram providências. Espera que o Executivo vigente tome precauções, pois no seu entender, pode ocorrer um acidente grave. Deixou a sugestão de se colocarem lombas ou sinais de abrandamento, pois considera que o sinal de Stop existente é insuficiente. Na sua opinião e, como chegou à mesa uma inscrição da Senhora Lourdes Marinho para dar um esclarecimento sobre a CPCJ, os esclarecimentos deviam ser dados apenas pelo Presidente da CPCJ.

Terminadas as intervenções dos membros inscritos para o período de antes da ordem do dia, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara saudou os presentes, começando por dar os parabéns à intervenção do Senhor Eduardo Coelho sobre a apresentação dos assuntos que estiveram em agenda no Congresso Nacional de Municípios. Em relação ao caso, apresentado pelo Senhor Joaquim Carvalho, comprometeu-se a averiguar o que se passou com a GNR, mas, julga que se deve à falta de efetivos.

Quanto à Esprodouro, nunca foi sua intenção exonerar ninguém, mas surgiram atitudes de pouca confiança e, como tal, entenderam avançar para a exoneração do Diretor da Escola Profissional. Viu-se confrontado com dívidas a fornecedores de setenta mil euros, de um atraso de pagamento a professores de três meses. Conseguiu desbloquear uma verba junto da secretaria de estado e, com isso, pagou os ordenados aos professores até novembro.

A Escola Profissional terá novo Diretor, o Doutor Fernando Rodrigues, que entrará em funções a 2 de janeiro de 2018. O seu currículo dá garantias de um trabalho profícuo, esperando que este dinamize a escola.

Dando resposta ao Senhor Sebastião Mesquita, disse ter requerido uma auditoria externa financeira e organizacional. Os resultados só deverão ser conhecidos no final de janeiro ou início de fevereiro.

Sabe pouco relativamente à EDP, a verba é cerca de duzentos e sessenta mil euros. Existe um contrato assinado pelo anterior Presidente de Câmara, lamentou a situação e disse não saber se irá a tempo de renegociar.

Os sapadores florestais são obrigados a limpar terrenos baldios, charcas públicas e proceder à vigilância na época dos incêndios. Preocupa-o a situação da água, pois na primeira semana deparou-se com uma dívida enorme. Existem muitas perdas e os municípios devem água ao Município. Referiu ter conhecimento da situação do coveiro e comprometeu-se a analisar este assunto. Considera que é muito importante a igualdade entre todos e a Câmara pode disponibilizar serviços. Vai solicitar aos funcionários da Câmara para procederem à elaboração do regulamento para os caminhos agrícolas e contará com a intervenção dos Presidentes de Junta.

Respondeu à Senhora Marcolina Sequeira dizendo que vão colocar lombas na estrada.

Antes de passar ao período da ordem do dia, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pediu autorização para a inclusão de um ponto, a eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a CIMDOURO. A proposta foi aceite.

Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou da palavra e referiu que a atividade municipal se encontrava resumida no documento que foi distribuído aos membros da Assembleia, mas que se encontra disponível para esclarecer qualquer dúvida, no final das intervenções. No entanto, ressaltou que alguns assuntos, que aí constam não foram da alçada deste Executivo, pois só tomaram posse em outubro.

Feitas as inscrições, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao primeiro interveniente, Senhor Joaquim Carvalho.

Este deu os parabéns ao Executivo, à Capital Douro e ao Agrupamento de Escolas por terem realizado o evento "O Mundo Mágico do Natal". Teceu algumas considerações sobre o mesmo, nomeadamente qual foi o feedback dos comerciantes relativamente à realização da atividade, se tinham contabilizado o número de pessoas que participaram e, se esta terá nova edição.

Teve conhecimento que o Município respondeu ao inquérito da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, referente à intervenção dos Municípios na prevenção e redução dos comportamentos aditivos e das dependências do álcool. Perguntou, relativamente a esta temática, quais as ações a desenvolver no combate destas dependências

O Senhor Vítor Tomé criticou o concurso das montras de Natal, indo este no décimo ano consecutivo e existindo cada vez menos adesão. Sugeriu que este deve ser revisto e reformulado para captar um maior número de participantes. Parabenizou o Executivo, Agrupamento de Escolas e Capital Douro pela realização do "Mundo Mágico de Natal", considerando que este é um bom exemplo de que com pouco dinheiro se pode realizar uma boa atividade.

Informou esta assembleia que a associação comercial, no final da realização de cada atividade, aplica um inquérito aos comerciantes, de forma a recolher informação válida sobre as atividades, tendo com objetivo último a melhoria da mesma.

Fez referência à homenagem realizada, em França, ao Marquês de Soveral, a qual, na sua opinião, foi muito mal organizada pelo anterior Executivo. Foi-lhe enviado um convite, mas este, não fazia referência à viagem a Paris ou se existiam custos associados. Aconselhou que, numa próxima atividade desta índole, deverão indicar todas as condições para que haja uma maior adesão dos membros da Assembleia Municipal.

Mencionou, ainda, que as exposições itinerantes feitas no Museu trazem muito pouco valor acrescentado, questionando os valores de custo que lhes estavam associadas.

Relativamente à atribuição de bolsas de estudo, considera que estas devem ser objeto de uma análise mais fidedigna, para que sejam atribuídas realmente aos mais necessitados.

O Senhor Eduardo Coelho questionou o Senhor Presidente da Câmara quanto ao licenciamento de obras e edificação de três adegas, uma carpintaria e uma azenha. Afirmou que gostaria de saber onde se situavam.

Interpelou se as empreitadas nas Obras Municipais já foram concluídas e quem as liquidou. No que respeita à limpeza dos contentores de resíduos sólidos e urbanos, a mesma não foi feita na sua freguesia, Nagoselo do Douro. Pediu uma igualdade entre todas as freguesias, para que todos tenham as mesmas oportunidades.

Após a intervenção dos inscritos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, interpelou o Senhor Presidente da Câmara, no sentido de este querer dar respostas às questões/afirmações que ali foram colocadas.

O Senhor Presidente da Câmara tomou da palavra e respondeu aos intervenientes.

Em relação à atividade do "Mundo Mágico de Natal", referiu que foi bem-sucedida, teve boa adesão e trouxe poucos custos para o Município.

A sua realização, ainda que experimental, trouxe crianças e respetiva família à sede de concelho. Teve a perceção, ainda que empírica, que se vivenciaram sentimentos de alegria e felicidade. Na sua opinião, o feedback foi positivo. Não foi contabilizado o número de pessoas presentes, mas as evidências fotográficas comprovam uma boa adesão. Esta nova atividade fará parte no futuro de um conjunto de ações que o Executivo levará a cabo.

Em relação à questão levantada pelo Senhor Joaquim Carvalho, relativamente à aplicação do inquérito realizado pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses, alusivo à intervenção dos Municípios na prevenção e redução dos comportamentos aditivos e das dependências do álcool, referiu que é uma matéria que carece de um maior estudo, porque não tem na sua posse informações ou planos elaborados pelo anterior Executivo, sobre esta problemática.

Respondendo à questão levantada pelo Senhor Eduardo Coelho, relativa aos licenciamentos e às obras, explicou que estas tinham sido assumidas pelo anterior Executivo, no entanto, se assim o entender, pedirá aos serviços informação e responder-lhe-á no final da reunião.

É da mesma opinião do Senhor Vítor Tomé, quanto à realização das exposições itinerantes patentes no Museu do Vinho. Considera serem interessantes, mas abrange pouco público, realmente interessado. É verdade que a cultura tem de ser uma aposta, mas dada a conjuntura atual terão de fazer escolhas acertadas, consistentes e de baixo custo. Informou a Assembleia que, na segunda semana de mandato, foi surpreendido com uma fatura no valor de onze mil euros para pagamento de uma exposição itinerante. Posteriormente, veio a ter conhecimento que esses onze mil euros faziam parte de um contrato de quarenta mil euros com uma empresa, efetuado no dia dez de outubro.

Deu, ainda, a conhecer outro gasto supérfluo, levado a cabo pelo Executivo antecedente com a empresa que realiza a limpeza e manutenção dos contentores. No contrato efetivado com esta empresa estava estabelecido que teriam de executar seis limpezas por ano. No entanto, veio a verificar-se que, no presente ano, só tinham consumado três limpezas. Este facto deveu-se à avaria do camião, no entanto, esta situação terá de ser devidamente analisada e mudada.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Eduardo Coelho interpelou-o dizendo não ter respondido à questão de quem pagou as pavimentações das obras municipais.

O Senhor Vítor Tomé referiu estar estupefacto pelos valores apresentados em relação à despesa com as exposições, pois o conhecimento que tem é que os autores das exposições deviam expô-las de graça para as divulgar.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor Vítor Tomé que, como este contrato foi realizado após as eleições, vai reanalisá-lo e tentar negociar de forma a encontrar contrapartidas favoráveis ao Município.

Dando resposta ao Senhor Eduardo Coelho, informou-o que as pavimentações entraram num conjunto de obras, uma empreitada avaliada em cerca de quinhentos mil euros, a qual foi assumida pelo anterior Executivo. Essas empreitadas foram combinadas de boca, sem qualquer procedimento concursal ou adjudicação e ainda não foram pagas.

O Senhor António Froufe pediu a palavra para fornecer um esclarecimento relativo ao caminho da Teixugueira, em Trevões. O caminho tem a ver com o Município, cumprindo os procedimentos legais pois foi lançado na plataforma.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação do Regimento da Assembleia Municipal.

A Senhora Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte, abrindo uma nova fase de inscrições, para os membros se pronunciarem relativamente a alterações ao Regimento.

A Senhora Marcolina Sequeira expôs a sua redação do artigo 37.º - "Verificação de faltas e processo justificativo" no que se refere ao ponto 2.º "Será considerado faltoso o membro da assembleia que não compareça durante os primeiros trinta minutos do início dos trabalhos ou, do mesmo modo, se ausente definitivamente ou, por um período superior a quinze minutos antes do termo da reunião".

O Senhor Francisco Pereira apresentou uma sugestão respeitante ao artigo 2.º da alínea e) "Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, informação essa que deve ser enviada ao presidente da mesa da assembleia com a antecedência de cinco dias sobre a data do início da sessão para que conste da respetiva ordem do dia" e que "para além do saldo das operações orçamentais, as dívidas a terceiros, os principais credores, os empréstimos bancários com os valores, o prazo médio de pagamentos de forma a terem conhecimento concreto, real e atempado das contas do Município". Outra alteração proposta foi no artigo 19.º ponto 3) em vez de o público ter a sua intervenção no final da reunião, passar para o final do período de antes da ordem do dia.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a informação pedida pelo Senhor Francisco Pereira decorre da Lei do que o Presidente da Câmara apresenta, não podendo a Assembleia dizer o que deve ou não apresentar.

O Senhor Eduardo Frederico cumprimentou os presentes. Começou por dizer não ter nenhuma sugestão a fazer. Relembrou o passado onde não era apresentada atividade nenhuma, pelo menos em documento escrito, para que a Assembleia pudesse apreciar.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta da Senhora Marcolina a votação. A proposta foi aceite por unanimidade. De seguida, colocou a proposta do Senhor Francisco Pereira, além do saldo das operações orçamentais, as dívidas a terceiros, os principais credores, os empréstimos bancários com os valores, o prazo médio de pagamentos de forma a terem conhecimento concreto, das contas do Município a votação. A proposta foi votada contra.

O Senhor Joaquim Carvalho na sua declaração de voto disse ter votado contra, por não ter sido apresentada uma redação, para substituir o que vigora até então no Regimento da Assembleia Municipal.

Na declaração de voto da Senhora Marcolina Sequeira, esta disse não ter percebido a redação feita pelo Senhor Francisco Pereira.

O Senhor Sebastião Mesquita interpelou dizendo que nos encontrávamos num novo ciclo e que, por essa razão, considera que só deveria haver alteração ao regimento, quando estivessem na posse de dados relevantes passíveis de alteração ao Regimento.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a segunda proposta do Senhor Francisco Pereira, a votação com a seguinte redação "que o público deveria intervir no final do período de antes da ordem do dia em vez de intervir no final da reunião".

Os membros da Assembleia Municipal solicitaram inscrições para poderem discutir esta proposta.

O Senhor Eduardo Frederico considera que as propostas de alteração ao Regimento deviam ter fundamentação, não percebendo a vantagem do público intervir antes da ordem do dia. Aprecia até o facto de o público intervir no final, pois assim terão a oportunidade de assistir a toda a sessão.

O Senhor Vítor Tomé referiu ter a mesma opinião do Senhor Eduardo Frederico, pois considera ser benéfico ter público até ao final da reunião.

A Senhora Rosa Teixeira declarou ter uma opinião contrária aos intervenientes anteriores. O público interessado na sessão manter-se-á até ao fim, e parece-lhe penoso a sua intervenção ser apenas no final. No seu entender, o assunto que o público quiser levar à reunião pode ser sucinto e resolvido no imediato.

O Senhor Sebastião Mesquita não vê nenhum problema quanto ao público ficar até ao final da reunião. Os assuntos para debate na sessão são importantes e isso só atrasaria muito mais as Assembleias.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação, sendo votada contra.

Ponto 3 - Análise, discussão e votação da Proposta da Derrama, nos termos do disposto no artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais).

A Senhora Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente de Câmara para que este fizesse uma breve introdução do ponto em questão.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que esta medida já acompanhava o executivo anterior. Na informação, enviada aos membros, este ponto está explícito, mas resumindo, os empresários do concelho estão isentos da derrama, as empresas que laboram no concelho, mas se a sua sede fiscal não for a do concelho não estão isentas.

Não havendo inscrições para este assunto, a Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. Foi aprovado por unanimidade.

Ponto 4 - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis Urbanos para efeitos da alínea c) do n.º1 do artigo 112.º do Código do imposto municipal sobre imóveis, aprovado pelo decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro.

A Senhora Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, este informou que o documento enviado é preciso, continuando a taxa no valor mínimo.

Não havendo ninguém que quisesse debater este ponto, a Senhora Presidente da Assembleia colocou o mesmo a votação, sendo aprovado por unanimidade.

Ponto 5 - Análise, discussão e votação da proposta de Fixação da Redução da Taxa do Imposto Municipal sobre imóveis para o ano de 2018, ao abrigo do artigo 112.º -A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, aditado pela Lei n.º 7 - A/2016, de 30 de março.

A Senhora Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

Este explicitou ser uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis para quem tenha filhos.

Colocado o ponto a votação, este foi aprovado por unanimidade.

Ponto 6 - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais).

O Senhor Presidente da Câmara referiu que este imposto aumentou de 4% para 5%. Os outros impostos estão todos em taxas mínimas, decidindo-se não ficar este também com o mínimo, porque são as mesmas famílias e pessoas. Os contribuintes com baixos rendimentos não serão afetados.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de inscrições, inscreveram-se os Senhores Francisco Pereira e Eduardo Frederico.

O Senhor Francisco Pereira não concorda com a tomada de posição do Executivo, o aumento de 1%. Era a favor da proposta do Executivo anterior. Se o dinheiro reverte a favor do Município que seja para obras de primeira prioridade para o concelho, se for para acumulação de receita discorda com esta medida.

O Senhor Eduardo Frederico louva o facto de as informações estarem muito bem explícitas. Está de acordo com esta medida face à situação financeira do Município.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação. Aprovado por maioria com os votos contra da Senhora Rosa Teixeira, dos Senhores Francisco Pereira, Fernando Pereira e Raúl Fernandes, e com as abstenções dos Senhores Paulo Bito, António Vicente e Adelino Lopes.

Ponto 7 - Análise, discussão e votação do pedido de Autorização para Assunção de compromissos plurianuais - Concurso Público Internacional para Aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão e Baixa Tensão Especial e Iluminação Pública, para o ano de 2018.

A Senhora Presidente da Assembleia deu início ao ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara explicou o facto de a Assembleia ter de autorizar os compromissos por mais de um ano. Quem tivesse dúvidas para expô-las, sendo, posteriormente, esclarecidas.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo aprovado por unanimidade.

Ponto 8 - Eleição de um Presidente de Junta de freguesia para o Conselho Clnegético Municipal.

A Senhora Presidente da Assembleia disse para serem apresentadas propostas, seguidas de votação.

O Senhor Francisco Pereira sugeriu fazer-se uma proposta comum com nomes das duas bancadas de pessoas capazes para cada ponto de eleição. Os membros não concordaram com essa proposta.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal pediu as listas para votação, tendo chegado à Mesa somente uma proposta da bancada do grupo de cidadãos Pela Nossa Terra – PNT, denominada pela Senhora Presidente de Proposta A, com o representante, Presidente da Junta de Paredes da Beira, Senhor José Fernando dos Santos. Seguiu-se a eleição, após contagem dos votos, verificou-se que a proposta A foi eleita com dezassete votos a favor e nove brancos.

Ponto 9 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios;

A Senhora Presidente da Assembleia referiu ter-lhe chegado à mesa uma proposta. Proposta A, com os seguintes representantes: Presidente de Junta do Castanheiro do Sul, Senhor José Manuel Guedes Vilas Boas e o Presidente de Junta de Ervedosa do Douro, Senhor Manuel Sebastião Vasques Mesquita, propostos pelo grupo de cidadãos PNT. Depois de realizada a votação, os representantes eleitos foram os da Proposta A, com dezoito votos a favor e oito brancos.

Ponto 10 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia a fim de integrar o Conselho Municipal de Educação;

Para o Conselho Municipal de Educação, a Senhora Presidente da Assembleia referiu o nome proposto, Senhora Mónica Catarina Lino Pacheco Barreireiro, Presidente da Junta de Valongo dos Azeites, proposta pelo grupo de cidadãos PNT, designada, Proposta A. Os resultados da votação foram dezassete votos a favor e nove brancos.

Ponto 11 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão de Proteção Civil;

O único nome proposto foi o Senhor Eduardo Augusto Dias Coelho, designado Proposta A, e indicado pelo grupo de cidadãos PNT para integrar a Comissão de Proteção Civil. Feita a votação, verificaram-se os resultados: Proposta A dezassete votos e nove brancos.

Ponto 12 - Eleição de um Presidente de Junta para integrar a Comissão Municipal de Toponímia;

A Senhora Presidente da Assembleia disse ter chegado à Mesa somente uma proposta do grupo de cidadãos PNT com o nome do Presidente da União de Freguesias de S. João da Pesqueira e Várzeas de Trevões, Senhor Artur Adriano

Tiago Ferreira. Verificou-se, após votação, que a Proposta A, teve dezoito votos a favor e oito brancos.

Ponto 13 - Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2018.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao ponto relativo às grandes opções do plano e orçamento para o ano 2018, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse ser um orçamento muito condicionado. As receitas reais não chegam para as despesas se as mantivessem. Preocupa-o a reorganização dos serviços, o rigor das contas e a redução do endividamento. Tenta evitar a todo o custo contratação de serviços externos, canalizando os recursos internos da autarquia para a execução das tarefas. As verbas para as freguesias aumentaram relativamente ao ano anterior. O orçamento tem um total de doze milhões, duzentos e noventa mil, cento e vinte e nove euros. Diminuíram a despesa corrente em cerca de 2,8%, quase duzentos mil euros. Contudo, a despesa de capital aumentou em 6,6%, por causa das obras de reabilitação urbana (PARU). Do Executivo anterior estavam candidatas obras, aprovado um financiamento de mais ou menos um milhão de euros. As obras candidatas eram as da Rua 25 de Abril e o Largo de Santa Maria. Discorda que a reabilitação urbana seja feita só na sede do concelho, havendo muitos pontos de interesse nas outras freguesias. Conseguindo alterar o planeado inicialmente irão reabilitar o Largo da Devesa, há muitas famílias com crianças a frequentar aquele espaço e merece ser reabilitado. A frente da Câmara também vai ser reabilitada, criando uma Praça, que dignifique o espaço envolvente da Câmara, englobando, ainda, uma intervenção nas casas de banho e resolvendo o problema de infiltrações de águas nas casas. A Casa dos Magistrados também será alvo de intervenção. Vão requalificar os estacionamento e os abrigos da Escola Básica e Secundária de S. João da Pesqueira. Relativamente aos prestadores de serviços, informou que foi possível negociar com eles e reduzir o valor que então vinha a ser pago pela Câmara.

A Senhora Presidente da Assembleia passou à inscrição dos membros para intervirem.

O Senhor Sebastião Mesquita compreende o pouco tempo para fazer este orçamento. Em reunião, realizada com o Senhor Presidente da Câmara, aceitou o orçamento que lhe foi distribuído, contudo, continua a haver injustiças e espera que estas situações venham a ser atenuadas ao longo do tempo. Tem a noção que a sua freguesia é a que mais recebe a seguir à sede do concelho, mas o plano contempla quatro salas de aulas no Centro Escolar. Na realidade tem mais do que quatro salas, pois uma serve de refeitório, outra de sala de professores e biblioteca, onde o aquecimento também é ligado. Terminou explicando que essas salas acabam por ter custos associados. No seu entender, é urgente verificar as áreas dos cemitérios e fazer o levantamento do território que está ou não cultivado. Ervedosa é a freguesia que tem metade da vinha do concelho, e por essa razão existem mais caminhos agrícolas. Propôs organizar uma comissão de trabalho constituída pelos Presidentes de Junta, a fim de corrigirem essas

assimetrias. Sendo as Bateiras uma das portas de entrada do concelho, há que tirar potencial da localização, e construir aí um posto de turismo, para que se possa divulgar o Museu e todo o concelho, fazendo com que as pessoas "venham até cá em cima".

O Senhor Francisco Pereira abordou a questão financeira da Autarquia. Referiu que foi apresentada uma dívida de quatro milhões, sendo três milhões de dívida às Águas, a diferença entre os dois valores andam na ordem dos oitocentos mil euros. Perguntou quem são os credores, montantes mais significativos em dívida e prazos de pagamento. Interrogou não se sabendo o valor do passivo, o que se andou a fazer quatro, oito anos a aprovar orçamentos e prestações de contas. No mapa dos empréstimos, a médio e a longo prazo, o valor em dívida a 31/12/2017 era de três milhões, quinhentos e quarenta e seis mil euros. Olhando para as datas e para os empréstimos que têm capital em dívida mais alto, encontra a taxa de juro muito alta. Perguntou ao Doutor Paulo Tolda como é que o empréstimo de um milhão e seiscentos mil, com uma taxa de 3,75%, só tem setecentos e cinquenta e oito euros de juros. Não percebe a razão, comparado com o outro empréstimo de seiscentos e nove mil euros, com uma taxa de 1,98%, oito mil e quatro euros. Deixou a sugestão de renegociar a taxa do empréstimo, pois ainda falta algum tempo para amortização do mesmo. Questionou o porquê do aumento de vinte e cinco mil euros, em relação ao ano de 2017, na aquisição e reparação de veículos. Existem opções mais rentáveis para a Câmara como o "renting" ou "leasing". Contemplam seguros, manutenção e avarias. Quanto ao mapa de transferências para as freguesias, concordou com o Senhor Sebastião Mesquita, o mapa está equilibrado podendo ser corrigidas algumas assimetrias. Deu nota positiva à avaliação do pessoal. Realçou o facto da Vindouro se afirmar no concelho, no país e a nível internacional. Ofereceu a sua ajuda para poderem realizar um certame do qual nos possamos orgulhar. Concorda com a obra em frente à Câmara, mas o Executivo terá de pensar em fazer algumas obras, pois o edifício está degradado. Questionou qual o fim da reabilitação da Casa dos Magistrados. Pediu atenção à rede de águas na parte antiga da vila, esta está a "rebotar pelas costuras" e isso deverá ser uma prioridade. A inexistência da Casa Mortuária não dá dignidade a ninguém e é para si, também uma prioridade.

A Senhora Rosa Teixeira questionou o Senhor Presidente do que iria ser feito na Casa dos Magistrados. Por que não pensar também nos professores que têm de se deslocar.

Passada a palavra ao Senhor João Olindo este cumprimentou todos os presentes. Perguntou a razão pela qual há um decréscimo do orçamento atribuído ao Turismo em relação ao ano transato, pois no seu entender, o Turismo é o ponto fundamental no concelho. Na sua opinião, faria mais sentido manter os valores da cultura, e subir no Turismo.

O Senhor Eduardo Frederico deu os parabéns ao Executivo por terem concluído o orçamento, num "timing" bastante reduzido, apresentando um documento bastante consistente e bem elucidativo. Tem noção que a Câmara se depara com bastantes dificuldades orçamentais, obrigando o Executivo a tomar medidas eficientes e de forma sustentada.

Todos temos de ter a percepção que Câmara depende das transferências do orçamento do Estado e se este um dia falhar a Câmara "afunda-se", pois não tem recursos próprios. Devem preocupar-se com a dívida às Águas. Há que tomar medidas, "a dívida não pode continuar a crescer", também é necessário e urgente "diminuir aos recursos e fazer mais com menos".

O Senhor Joaquim Carvalho questionou como é possível um milhão de euros mais ou menos 10% do orçamento não ser pago em 2017 e, este novo Executivo ter de os pagar. Em relação à água, se os devedores estão identificados devem pagá-la, pois também paga a sua, senão pagam, cortem a água. Não faz sentido as centenas de hectares desvalorizados com a linha de alta tensão, pela simples quantia de duzentos e sessenta e sete mil euros. Este valor não chega para a construção de um estádio.

Sugeri que era conveniente arranjar uma política de incentivos, para que as oficinas sediadas na vila se desloquem para a Zona Industrial. Um exemplo, desta realidade é a Rua Francisco Sá Carneiro em frente ao Centro Escolar, parece uma rua Industrial. Aí observamos óleos no chão, estacionamento sempre ocupados e os mesmos são necessários para deixarem os alunos no Centro Escolar. Assusta-o o facto de o Município depender em 98% do Estado.

S. João da Pesqueira é um Município com capacidade e tem potencial e, como tal, deve-se criar um conjunto de iniciativas para que as grandes empresas fixem a sua sede fiscal aqui no concelho.

Questiona o porquê das despesas com pessoal estar dividido em duas parcelas, não sabendo se é uma questão técnica ou não.

Deu os parabéns ao Executivo por ter reduzido os recibos verdes e avenças, e considera que a prestação de serviços deve ser uma questão pontual.

Esta situação laboral, ainda, existe na Câmara, fruto da tomada de decisão do anterior Executivo. Estes trabalhadores laboram as 35 horas semanais, isto é um contrassenso em pleno século XXI.

Na sua opinião, se as pessoas têm um horário de trabalho, de segunda a sexta-feira, 365 dias por ano não faz sentido a existência de recibos verdes. Esta situação deveria ser corrigida, pelo menos por uma questão social. Questionou qual a dívida real às Águas do Norte. A dívida tem-se arrastado há anos e é urgente analisá-la e tomar medidas. Criticou o corte de 50% em material de educação. Não concorda com esse corte, já que, na publicidade, há um aumento de cento e dez mil euros. Os Centros Escolares precisam de apoio e as verbas do Ministério da Educação são poucas. Concorda com os valores cedidos às Juntas, mas têm de ser mais ambiciosos, espera que as transferências ascendam em 2019.

O Senhor Eduardo Coelho pensa que a verba destinada à realização da Vindouro, no valor de duzentos e vinte e cinco mil euros, é um pouco exagerada. As áreas como a educação, a ação social, a cultura e a saúde deviam ser reforçadas. "Podia-se fazer melhor com menos". Lamenta o facto de o nosso concelho não ter um Marco Pombalino. Aprova a festa do Marquês de Pombal, mas a Pesqueira tem poucas evidências da sua passagem por estas terras.

Sugere que se junte a festa da Senhora do Monte à Vindouro para minimizar os custos promovendo, também, a imagem da Ferreirinha.

O Senhor José Vilas Boas cumprimentou os presentes, congratulou-se pelo aumento das verbas para as freguesias, podendo, no entanto, ser melhorado. Questionou por que razão a publicidade teve um aumento no orçamento e qual o seu fim. Concordou com os outros membros da Assembleia, em relação ao valor atribuído aos postes de alta tensão. Não é contra a construção do estádio, pois já devia ter sido construído há mais de vinte anos, mas, na sua opinião, a verba devia ser aplicada nas freguesias afetadas pelos postes de alta tensão.

Passada a palavra ao Senhor Fernando Pereira, este disse estar à espera de um orçamento feito do zero e foi o que aconteceu. A dívida está referenciada. Foi um dos críticos do orçamento dos anos anteriores, pois a dívida estava sempre a aumentar. Foram candidatas duas opções: Largo 25 de abril e Largo de Santa Maria. Deviam fazer uma aposta séria na promoção das judiarias e renovar a rede de água da zona histórica. Referiu, ainda, que ficou desiludido com as alterações, pois a Pesqueira nos últimos anos não foi contemplada por nenhuma obra. Ficou satisfeito por a dívida às águas poder ser paga a vinte e cinco anos. Tem dúvidas em relação à redução de pessoal, pois não traz votos.

O Senhor Presidente da Câmara começou por responder ao Senhor Sebastião Mesquita, explicando que o orçamento e as transferências para as freguesias foi o passível de ser realizado, com as condicionantes de tempo, de limites estabelecidos para uma redução de despesa e aumento de eficácia dos recursos e serviços.

Concorda que existem melhorias a implementar na distribuição das verbas às freguesias, diminuindo, desta forma, as assimetrias.

Admite que as Bateiras são uma excelente "porta de entrada do concelho" e que terão de intervir neste conceito, mas no próximo ano não poderá assumir este compromisso face aos condicionalismos deixados pelo anterior Executivo.

Ao Senhor Francisco Pereira contrapôs que a dívida não é só aquela que está demonstrada no documento. Recordou que o empréstimo não foi assumido pelo seu Executivo, nem a negociação da taxa de juro. No entanto, pondera negociar essa mesma taxa, desde que seja benéfica para o Município.

Quanto ao "renting" e ao "leasing", parece-lhe que teria de ir ao Tribunal de Contas enquanto compra direta. Ainda estão a ponderar a melhor solução.

Quanto aos colaboradores, penalizaram quem não trabalhava e, não se querendo vincular, pode até vir a dar prémios de desempenho àqueles que demonstrem ser mais eficazes, contribuindo para a melhoria que se pretende efetivar.

Também está de acordo que o edifício da Câmara está degradado e necessita de uma rápida intervenção, mas, de momento, estão limitados em termos orçamentais. Aguarda-se uma candidatura que contemple o arranjo exterior do edifício. A Casa dos Magistrados será uma extensão da Câmara e deslocar-se-ão para lá alguns serviços.

Respondendo ao Senhor Eduardo Coelho, referiu que o Executivo, e será certamente, também, pretensão desta Assembleia, pretende apostar na realização de uma Vindouro que traga mais-valias para os produtores, para as pessoas que cá vivem e que atraia um maior número de visitantes. Daí um maior

investimento na realização deste evento, potenciando todas as sinergias necessárias para o seu sucesso.

Esclareceu a Senhora Rosa Teixeira que Casa dos Magistrados é só o nome que lhe é atribuído e não irá ser casa para os magistrados.

Ao Senhor João Olindo respondeu não poder fazer milagres quanto à verba que foi direcionada ao turismo. Não é por estar no orçamento, duzentos mil euros que só vão gastar os duzentos mil, por exemplo, ordenamento do território também tem tudo a ver com Turismo.

Quanto às águas, e foram vários os membros que solicitaram resposta, tem a opção de pagar em vinte e cinco anos mas vai ser complicado. A dívida está a aumentar, senão consegue pagar quatrocentos mil euros por ano, para fazer um acordo terá de pagar mais duzentos e cinquenta mil.

Respondeu ao Senhor Joaquim Carvalho dizendo existirem cartas já preparadas para enviar aos municípios devedores de água. Concorde com a opinião referente às oficinas e vai analisar esta matéria.

Em relação aos precários, no início do mandato, tiveram de enviar uma lista com todos os precários para a tutela. Desconhece os termos da abertura dos concursos. Mas não concorda, que o concurso seja para todos, no seu entender, só deverão integrar os quadros os que forem necessários para assegurar os serviços camarários.

Contrariando o Senhor Fernando Pereira respondeu, que a opinião emitida por si acerca da "redução da despesa com pessoal não traz votos" foi a opção tomada pelo seu partido. Referiu que, chegados à Câmara, deparamo-nos com situações intoleráveis. Verificamos que o pessoal da Câmara veio a aumentar durante os últimos anos. Até ao momento não mandou embora ninguém, apenas não renovou os contratos. Deparou-se, no final de dezembro com doze contratos a acabar, não renovou com quatro deles.

Ao Senhor José Vila Boas respondeu que a publicidade diz respeito às eco-ilhas e centro de compostagem, compromissos assumidos anteriormente, daí o aumento.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Francisco Pereira colocou uma questão, relativamente à obra da zona envolvente da Câmara, questionando se o fontenário iria para o local onde estava.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que sim.

O Senhor Francisco Pereira agradeceu dizendo que a Pesequeira agradecia.

O Senhor Fernando Pereira pediu a palavra dizendo que as opções do seu partido não foram as dele, sempre foi contra o aumento de pessoal. Para o ano verificará se existirá redução de pessoal.

Passada a palavra ao Senhor Sebastião Mesquita, este argumentou que o aumento de pessoal foi opção do anterior Executivo, foi sempre contra. Apesar de ser eleito pelo grupo de Cidadãos PNT, irá continuar a defender a sua freguesia e concelho, esse é o compromisso que assumiu com as pessoas, que acreditaram nele. Conforme se fazem auditorias, também se fazem estudos, sai muita gente para fora do nosso concelho, há freguesias com mais de 60% das habitações fechadas, têm de incentivar os jovens a ficarem cá, a trabalharem cá, a não saírem do concelho. Podem incentivar os donos das habitações a

arrendar a um preço simbólico, as casas fechadas estragam-se. Políticas destas são importantes, cativarem pessoas para ficarem cá, terem cá os filhos, não fecharem as escolas. Há que olhar para o futuro, as dívidas têm de ser pagas, também as tem e tem de pagá-las-á. Deixou a sugestão de lhe vender a distribuição em baixa, a distribuição em baixa está toda podre não só aqui na Pesqueira como em Ervedosa. Pede para pensarem na sua sugestão, pois poderão ainda ganhar dinheiro.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor Sebastião Mesquita já terem tido uma reunião com as Águas do Norte e deu precisamente essa sugestão, mas não lhe compensa ficar só com a nossa, isso vai passar por vários municípios.

Respondendo ao Senhor Fernando Pereira referiu poder ter mais recibos verdes e estar a reduzir despesa. Deu o exemplo da Câmara estar a pagar a limpeza do Museu a uma empresa no valor de mil e muitos euros e essa empresa pagava a uma funcionária. A Câmara contratou a funcionária por seiscentos euros. Contratou mais um mas reduziu a despesa. Na limpeza urbana, andava-se a pagar a uma empresa setenta e cinco mil euros mais IVA. Atualmente, contratou a mesma por cinquenta e cinco mil euros mais IVA. Chegou-lhe uma carta desportiva do Município da Régua com uma dívida de vinte e cinco mil euros. Muitos passes sociais atribuídos, as pessoas não pagavam transportes sem fundamento. Existência de muitas empresas de consultoria, a empresa ACAMI estava a levar à Câmara setecentos euros por mês, para dar uns pareceres desnecessários. Outra empresa para limpeza das Etars, a CTGA estava a cobrar à volta de trinta mil euros, acabou com o contrato da empresa, pois faz o mesmo serviço com os funcionários da Câmara. Relativamente ao PDM, conseguiram introduzir algumas alterações, gastou-se muito com o PDM, havia pessoas a ganhar muito dinheiro em serviços supérfluos ou mal contratualizados. Referiu ainda não ter conhecimento oficial, mas já lhe disseram que a Câmara deve trezentos mil euros aos bombeiros da Pesqueira. Contratações de recibos verdes dia vinte e sete, vinte e nove e trinta de setembro. Existem, na Câmara, pessoas a fazer horas extra e durante o dia não têm muito para fazer, isso vai deixar de acontecer. Descontos para a Caixa Geral de Aposentações de um determinado político, a Câmara estava a pagar, não quer que lhe paguem a sua caixa de providência. Em Riodades e Paredes conseguiram reduzir para metade os valores pagos em transportes escolares e com menos uma empresa.

Terminadas as intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. Foi aprovado por maioria, com as abstenções da Senhora Rosa Teixeira e dos Senhores Francisco Pereira, João Olindo, Fernando Pereira, Adelino Lopes, Raul Fernandes, António Vicente e António Bastos.

O Senhor Francisco Pereira, em declaração de voto, referiu terem-se abtido pelo motivo do orçamento ser igual aos anos anteriores. Em específico, apenas se predefinem prioridades, não concordando com algumas delas. São da mesma opinião do seu candidato, nas últimas eleições autárquicas no sentido onde se pretendia uma mudança tranquila com uma equipa nova, ficou plasmado na ata n.º 26 na reunião do executivo onde se verificou o seu voto contra nas

Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2018. Por fim, teve pouco tempo para uma análise mais exaustiva do documento.

O Senhor António Bastos absteve-se dizendo manter a mesma política dos anteriores.

Ponto 14 - Análise, discussão e votação da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal – Assunção de Compromissos Plurianuais – Orçamento para o exercício de 2018, conforme o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, adaptado à administração local e nos termos previstos no artigo 20.º da Norma de Execução Orçamental para 2018.

A Senhora Presidente da Assembleia abriu o ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse que na página oitenta e quatro do orçamento estava a explicação, mas resumidamente pretende-se a autorização da Assembleia Municipal para projetos que constem das Grandes Opções do Plano.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação. Foi aprovado por unanimidade.

Ponto 15 - Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2018.

A Senhora Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que este pudesse dar alguma explicação do ponto.

O Senhor Presidente da Câmara, indo ao encontro do que o Senhor Joaquim Carvalho disse, referiu preferir ter pessoas no quadro do que a recibos verdes. Abriram espaço para cinco postos de trabalho. A partir do próximo ano, vai mudar o organograma, vão fundir as obras públicas com as particulares, criar uma nova divisão de desenvolvimento económico e social, que vai envolver empreendedorismo, agricultura, turismo e cultura. Entende prever um chefe para esta secção. O mapa de pessoal é o mínimo e contratos a prazo.

A Senhora Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. Este foi aprovado por unanimidade.

Ponto 16 – Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para a CIMDOURO.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu um intervalo de cinco minutos para que os membros se organizassem e, de seguida, indicassem os nomes para os representantes. Foram entregues na mesa duas listas, a primeira designada lista A, pelo grupo parlamentar PSD, da qual constam os seguintes nomes João Olindo Monteiro, Fernando José Pereira e Raúl Fernandes. Pelo grupo de cidadãos Pela Nossa Terra (PNT) foi entregue a lista com os seguintes nomes Vítor Tomé, Susana Santos e Marcolina Sequeira, designada Lista B.

O Senhor Luís Paíga chamou os membros para procederem à votação. Contados os votos, a Senhora Presidente da Assembleia informou a Assembleia dos resultados apurados, sete votos para a Lista A e 8 votos para a Lista B. Pelo método Hondt, os nomes apurados para os representantes da CIMDOURO foram os seguintes: os Senhores Vítor Adelino Porfírio Tomé e João Olindo da Fonseca

Magalhães Soares Monteiro como efetivos. Como suplente, a Senhora Susana Maria Catarino dos Santos.

A Senhora Presidente da Assembleia lembrou ter havido uma inscrição do público a Senhora Lourdes Marinho, mas foi-lhe impossível ficar até ao final da reunião.

Terminadas as intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia solicitou a aprovação em minuta dos pontos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, tendo sido aprovados por unanimidade.

O Senhor Presidente da Câmara informou os membros dos pelouros atribuídos. Ao Vice-Presidente Doutor José Rodrigues foi-lhe atribuído a ação social, agricultura e florestas, cultura, educação, turismo e saúde. Ao Vereador Senhor Jorge Andrade foi-lhe atribuído a caça e pesca, desporto, juventude, obras particulares, ambiente (águas/saneamento/espacos verdes/limpeza pública), armazéns e viaturas. O Presidente da Câmara Municipal ficou com os serviços financeiros, obras públicas, recursos humanos, gabinete de comunicação, gabinete de apoio às freguesias, empreendedorismo, proteção civil e representação do município nas várias entidades.

ENCERRAMENTO:

A Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às dezanove horas e trinta minutos, agradecendo a forma democrática como decorreu reunião. Desejou a todos um excelente ano 2018. Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

*A Presidente da Assembleia Municipal
Agostina (De)iga
Juri Manuel Soares Pires*